



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 09/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	347.503.150,38	344.006.049,42	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	347.503.150,38	344.006.049,42

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	54.912.862,77	20.509.109,39	PASSIVO FINANCEIRO	42.533.987,48	16.328.214,56
ATIVO PERMANENTE	292.590.287,61	323.496.940,03	PASSIVO PERMANENTE	95.089.535,55	85.794.407,07
			SALDO PATRIMONIAL	209.879.627,35	241.883.427,79

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	27.186.345,61	51.748.355,93	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	11.688.741,64	7.918.702,81
Execução dos Atos Potenciais Ativos	27.186.345,61	51.748.355,93	Execução dos Atos Potenciais Passivos	11.688.741,64	7.918.702,81
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	27.186.345,61	51.748.355,93	Obrigações Contratuais a Executar	11.688.741,64	7.918.702,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	27.186.345,61	51.748.355,93	TOTAL	11.688.741,64	7.918.702,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-658.730,44
Recursos Vinculados	13.037.605,73
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	13.037.605,73
TOTAL	12.378.875,29



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.061.239.965,11	1.262.652.920,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	41.470.269,78	38.870.086,90
Impostos	-	-
Taxas	41.470.269,78	38.870.086,90
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	403.437,58	437.460,39
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	403.437,58	437.460,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	64.738,81	71.059,78
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	40.593,35	19.148,69
Variações Monetárias e Cambiais	24.145,46	51.911,09
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.004.596.166,32	942.644.354,85
Transferências Intragovernamentais	990.279.140,50	913.505.167,88
Transferências Intergovernamentais	14.262.367,50	28.029.553,60
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	54.658,32	1.109.633,37
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11.264.346,54	274.643.172,18
Reavaliação de Ativos	2.921.413,50	84.869.953,52
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.149.304,33	154.942.502,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos	7.193.628,71	34.830.716,16
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.441.006,08	5.986.786,30
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTITULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.238,38	2.381.822,88
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.439.767,70	3.604.963,42
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.056.439.513,60	1.310.888.642,02
Pessoal e Encargos	726.307.686,49	679.858.805,80
Remuneração a Pessoal	555.929.435,81	518.154.706,66
Encargos Patronais	100.469.173,07	94.135.590,34
Benefícios a Pessoal	67.424.595,44	65.954.056,63
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.484.482,17	1.614.452,17
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	178.802.559,20	160.298.350,68
Aposentadorias e Reformas	155.658.670,83	139.411.458,85
Pensões	22.840.993,49	20.762.672,79
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	302.894,88	124.219,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.985.600,77	82.060.728,78
Uso de Material de Consumo	2.308.342,13	1.782.804,15
Serviços	57.992.956,92	66.663.172,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.684.301,72	13.614.751,98
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.520,76	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.661,17	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.859,59	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	58.525.364,95	50.567.873,95
Transferências Intragovernamentais	55.495.838,10	48.549.271,51
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.029.526,85	2.018.602,44
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.298.783,12	335.511.415,14
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	86.296,90	90.184.765,88
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	384.077,33	107.719,88
Incorporação de Passivos	11.675.265,12	24.042.890,63
Desincorporação de Ativos	4.153.143,77	221.176.038,75



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	2.330.796,18	2.330.738,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.682,65	15.653,27
Contribuições	2.300.113,53	2.315.085,15
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	185.202,13	260.729,25
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	185.202,13	260.729,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.800.451,51	-48.235.721,62

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			1.024.627.256,69	1.024.627.256,69
TOTAL			1.024.627.256,69	1.024.627.256,69
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	900.864.010,00	985.170.105,00	989.179.439,81	975.465.971,92	975.177.068,25	-4.009.334,81
Pessoal e Encargos Sociais	755.935.851,00	852.524.993,00	854.555.342,60	850.113.915,19	850.113.915,19	-2.030.349,60
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	144.928.159,00	132.645.112,00	134.624.097,21	125.352.056,73	125.063.153,06	-1.978.985,21
DESPESAS DE CAPITAL	21.078.239,00	32.966.292,00	35.447.816,88	9.577.358,89	9.577.358,89	-2.481.524,88
Investimentos	21.078.239,00	13.466.292,00	15.947.816,88	9.577.358,89	9.577.358,89	-2.481.524,88
Inversões Financeiras	-	19.500.000,00	19.500.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	921.942.249,00	1.018.136.397,00	1.024.627.256,69	985.043.330,81	984.754.427,14	-6.490.859,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	921.942.249,00	1.018.136.397,00	1.024.627.256,69	985.043.330,81	984.754.427,14	-6.490.859,69
TOTAL	921.942.249,00	1.018.136.397,00	1.024.627.256,69	985.043.330,81	984.754.427,14	-6.490.859,69

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	830.158,59	9.541.524,95	6.853.611,04	6.853.611,04	1.494.709,92	2.023.362,58
Pessoal e Encargos Sociais	571.325,18	4.015.067,94	2.262.023,09	2.262.023,09	530.167,02	1.794.203,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	258.833,41	5.526.457,01	4.591.587,95	4.591.587,95	964.542,90	229.159,57
DESPESAS DE CAPITAL	1.958.271,64	3.825.951,78	5.108.104,51	5.108.104,51	170.360,70	505.758,21
Investimentos	1.958.271,64	3.825.951,78	5.108.104,51	5.108.104,51	170.360,70	505.758,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.788.430,23	13.367.476,73	11.961.715,55	11.961.715,55	1.665.070,62	2.529.120,79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	129.498,97	8.020,28	36.801,10	-	100.718,15
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	129.498,97	8.020,28	36.801,10	-	100.718,15
DESPESAS DE CAPITAL	29.621,78	1.096,05	1.096,05	-	29.621,78
Investimentos	29.621,78	1.096,05	1.096,05	-	29.621,78
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	159.120,75	9.116,33	37.897,15	-	130.339,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	1.024.627.256,69	937.315.287,70
Ordinárias	-	-	Ordinárias	814.900.660,02	763.650.025,17
Vinculadas	-	-	Vinculadas	209.726.596,67	173.665.262,53
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	167.981.856,00	141.912.172,64
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	41.744.740,67	31.753.089,89
Transferências Financeiras Recebidas	990.279.140,50	913.505.167,88	Transferências Financeiras Concedidas	45.782.984,10	46.167.448,63
Resultantes da Execução Orçamentária	989.074.679,29	910.980.254,32	Resultantes da Execução Orçamentária	-	962.900,00
Sub-repasse Recebido	989.074.679,29	910.980.254,32	Sub-repasse Concedido	-	962.900,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.204.461,21	2.524.913,56	Independentes da Execução Orçamentária	45.782.984,10	45.204.548,63
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	503.906,88	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	1.038.880,26
Demais Transferências Recebidas	524.622,09	991.132,07	Demais Transferências Concedidas	2.216,48	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	679.839,12	1.029.874,61	Movimento de Saldos Patrimoniais	45.780.767,62	44.165.668,37
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	126.692.869,28	81.017.898,46	Despesas Extraorçamentárias	12.158.015,61	24.576.617,84
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	288.903,67	9.116,33	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	37.897,15	325.033,62
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.583.925,88	13.367.476,73	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.961.715,55	24.187.892,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	156.029,60	63.691,97	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	156.029,60	63.691,97
Outros Recebimentos Extraorçamentários	86.664.010,13	67.577.613,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.373,31	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	2.096,31	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.373,31	-
Arrecadação de Outra Unidade	86.656.084,30	67.525.198,14			
Valores para Compensação	-	97,09			
Demais Recebimentos	7.925,83	50.221,89			
Saldo do Exercício Anterior	20.509.109,39	34.045.397,22	Saldo para o Exercício Seguinte	54.912.862,77	20.509.109,39
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.509.109,39	34.045.397,22	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.912.862,77	20.509.109,39
TOTAL	1.137.481.119,17	1.028.568.463,56	TOTAL	1.137.481.119,17	1.028.568.463,56



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	49.090.312,83	8.783.632,76
INGRESSOS	1.077.099.180,23	981.144.376,97
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.077.099.180,23	981.144.376,97
Ingressos Extraorçamentários	156.029,60	63.691,97
Transferências Financeiras Recebidas	990.279.140,50	913.505.167,88
Arrecadação de Outra Unidade	86.656.084,30	67.525.198,14
Valores para Compensação	-	97,09
Demais Recebimentos	7.925,83	50.221,89
DESEMBOLSOS	-1.028.008.867,40	-972.360.744,21
Pessoal e Demais Despesas	-879.289.859,13	-829.307.296,65
Legislativo	-	-
Judiciário	-691.298.667,53	-664.148.347,93
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-179.532.659,23	-157.574.341,12
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-8.456.159,06	-7.586.703,91
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.373,31	2.096,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-102.779.994,57	-96.822.306,96
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-102.779.994,57	-96.822.306,96
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-45.939.013,70	-46.231.140,60
Dispêndios Extraorçamentários	-156.029,60	-63.691,97
Transferências Financeiras Concedidas	-45.782.984,10	-46.167.448,63
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.686.559,45	-22.319.920,59
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-14.686.559,45	-22.319.920,59
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.561.035,96	-18.623.319,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.125.523,49	-3.696.601,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 09/03/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª. REGIÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.403.753,38	-13.536.287,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.509.109,39	34.045.397,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	54.912.862,77	20.509.109,39



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/03/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80012 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	257.671.920,02C	-	257.671.920,02C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	10.582.764,36D	-	10.582.764,36D
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	4.800.451,51C	-	4.800.451,51C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	251.889.607,17C	-	251.889.607,17C

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Em conformidade com a NBC TSP 16.9, publicada pela Resolução CFC nº 1.136/2008, esta Unidade Prestadora de Contas iniciou, em novembro de 2009, o registro da depreciação dos itens do Imobilizado, bem como da amortização de Intangíveis.

Em 2014 foram alterados os prazos de vida útil econômica e taxas anuais de depreciação de alguns bens móveis, em conformidade com o disposto no item 6.3 da macrofunção 02.03.30 do Manual Siafi Web, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No exercício de 2017 os critérios acima descritos foram mantidos e os registros foram efetuados conforme a tabela abaixo:

Conta	Descrição	Prazo de Vida Útil	Taxa Anual de Depreciação	Valor Residual
12311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15 anos	6,66%	10%
12311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10 anos	10%	20%
12311.01.03	Equipamentos/utensílios méd. odont. labor. hospitalares	15 anos	6,66%	20%
12311.01.05	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10 anos	10%	10%
12311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10 anos	10%	10%
12311.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15 anos	6,66%	10%
12311.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10 anos	10%	10%
12311.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	5 anos	20%	10%
12311.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	10 anos	10%	10%
12311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10 anos	10%	10%
12311.01.99	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos	10%	10%
12311.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5 anos	20%	10%
12311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10 anos	10%	10%
12311.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	10 anos	10%	10%
12311.03.03	Mobiliário em geral	10 anos	10%	10%
12311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10 anos	10%	0%
12311.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10 anos	10%	10%
12311.04.06	Obras de arte e peças para exposição	-	-	-
12311.05.01	Veículos em geral	15 anos	6,66%	10%
12311.05.03	Veículos de tração mecânica	15 anos	6,66%	10%
12311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10 anos	10%	10%

	Intangível	5 anos	20%	20%
--	------------	--------	-----	-----

Para fins de Depreciação e Amortização dos elementos registrados no Imobilizado e no Intangível foram utilizados os métodos linear e de quotas constantes, respectivamente. Com relação aos valores residuais, para os bens tangíveis foram aplicadas as taxas estipuladas no item 6.3, macrofunção 02.03.30, Manual Siafi Web, e para os intangíveis adotou-se como critério a mesma taxa de amortização aplicada sobre o custo de aquisição do bem.

Os bens imóveis foram depreciados em 2017 por meio de processo automático de registro, com base nas informações constantes do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União– SPIUnet.

Os critérios e procedimentos contábeis adotados na mensuração de ativos e passivos do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foram os estabelecidos na NBC TSP 16.10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.137/2008, bem como os pautados na Lei 4.320/64.

Foram obedecidas as regras estabelecidas no art. 106 da Lei 4.320/64, ou seja, os créditos e débitos foram avaliados pelo valor nominal, os bens móveis e imóveis pelo valor de aquisição ou custo de construção e os bens do almoxarifado pelo preço médio ponderado das compras, conforme demonstrado abaixo:

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os elementos estão demonstrados pelo valor original e representam os recursos disponíveis em 31/12/2017.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos a curto prazo representam os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte e estão demonstrados no Balanço Patrimonial pelos valores nominais.

Estoques

Os estoques de material de consumo são registrados pelo custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, taxas e impostos. Para avaliação dos elementos que compõe os estoques é utilizado o preço médio ponderado das compras, de acordo com o art. 106 da Lei nº 4.320/64.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme item 16 da Resolução CFC nº 1.137/2008.

Variações Patrimoniais Pagas Antecipadamente

Em 2017, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esta UPC registrou as despesas antecipadas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos, a contratação de seguros e a contratação de serviços, observando os princípios da competência e oportunidade.

As despesas antecipadas foram registradas por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRT ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

No ativo realizável a longo prazo estão registrados dois valores, sendo o primeiro depósito judicial relativo à ação ordinária 2008.70.00.011633-7/PR, em que são partes a União e servidor inativo. Os depósitos efetivados em conta judicial vinculada à citada ação foram registrados por seus valores originais.

Outro valor refere-se ao registro do aporte inicial, realizado pelo TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD. O saldo será baixado na medida em que ocorrer o ponto de equilíbrio pela FUNPRESP-JUD, ou seja, quando o montante inicial das receitas administrativas superar o montante das despesas administrativas no mesmo ano calendário.

O adiantamento à FUNPRESP-JUD foi registrado por seu valor original, e mensalmente é acrescida a este valor nominal a correção monetária, calculada com base no IPCA.

Imobilizado

A política contábil adotada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região para a classe dos bens móveis é o modelo custo, ou seja, após o reconhecimento como ativo, o item é evidenciado pelo custo menos a depreciação acumulada correspondente e redução ao valor recuperável, quando realizada.

Para os elementos do Ativo Imobilizado classificados como bens móveis, foi utilizado o valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro destes elementos do ativo imobilizado foram incorporados ao valor desse ativo quando se constatou a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços, e para os bens imóveis em construção, o custo da construção.

Os bens imóveis incorporados ao patrimônio da União em utilização pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região foram avaliados pelo valor de mercado, deduzido da depreciação acumulada e obedecem aos seguintes critérios de avaliação, de acordo com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG e Manual do Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet:

- As reavaliações dos imóveis cadastrados no sistema SPIUnet são realizadas pelo próprio sistema, levando em consideração as alterações que agregam valor ao patrimônio imobiliário; e
- Os valores das reavaliações são calculados pelo SPIUnet conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pela Unidade Jurisdicionada.

Os bens móveis obtidos a título gratuito, incorporados ao ativo imobilizado do Tribunal, estão registrados com base em procedimento técnico de avaliação ou pelo valor definido nos termos da doação.

Intangíveis

Os intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis estão avaliados no balanço patrimonial com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os valores do Passivo Circulante, onde estão registradas as obrigações exigíveis até o fim do exercício seguinte, e Não Circulante, onde estão registradas as obrigações exigíveis após o término do exercício seguinte, estão apresentados pelo valor corrente.

O valor constante no Passivo Não Circulante está atualizado até 31/12/2017 e corresponde ao passivo decorrente do direito ao recebimento, por parte dos servidores, da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo exercício de função para fins de incorporação de quintos/décimos, relativa ao período de abril de 1998 a dezembro de 2009, conforme art. 62-A da Lei 8.112/90 e Medida Provisória nº 2.225/2001. Tal direito encontra-se sob judice, tendo em vista que tramita no Supremo Tribunal Federal os Mandados de Segurança MS 25.763/DF e 25.845/DF, com efeitos suspensivos quanto ao pagamento, na via administrativa, da incorporação de quintos/décimos provenientes da MP nº 2.225/2001.

SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Ato CSJT.GP.SG Nº 398, de 29 de outubro de 2013, criou o **Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos** para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/web/cgest/planejamento-estrategico-csjt> está inserido como Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- Foco no custo do processo julgado;
- Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoxarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoxarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrativa, no mês de referência.
- **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

O grupo de trabalho estudou o registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal procedimento será implantado no exercício de 2018.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC¹);
- Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

Em 2015 o relatório do GT-Custos foi submetido à Administração do CSJT, e ainda encontra-se em fase de análise e homologação. Até o presente momento não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho, assim, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Dessa forma, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação da UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos, como participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios, estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa), regidas pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16), aprovadas pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, encontram-se nos anexos e apêndices do e-contas.

A NBC TSP 16.6 trata especificamente das Demonstrações Contábeis, bem como de suas notas explicativas, definidas como parte integrante dessas demonstrações, e tem por objetivo facilitar a compreensão das informações pelos seus usuários. Essas informações devem ser relevantes e complementares às demonstrações contábeis.

A seguir, detalhamos as notas explicativas mais relevantes de acordo com cada demonstrativo:

BALANÇO PATRIMONIAL

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 1.1 - Caixa e Equivalente de Caixa

Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
111122001	= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	54.912.862,77	20.509.109,39	167,75%	100,00%
Total		54.912.862,77	20.509.109,39	167,75%	100,00%

Nesta UPC, a conta Limite de Saque corresponde ao direito de saque na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme programação financeira executada junto a Secretaria do Tesouro Nacional, por intermédio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A tabela em análise apresenta variação geral positiva de 167,75%, ou seja, houve aumento na sobra de caixa no final do exercício de 2017, em relação ao exercício anterior.

O Caixa e Equivalente de Caixa são compostos, essencialmente, pela conta Limite de Saque, que é detalhada por fonte de recursos, onde pode ser visualizada, na tabela a seguir, a sua origem com base na arrecadação:

Tabela 1.2 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento por Fonte de Recursos

Conta Contábil		R\$			
		111122001			
Mês Lançamento		LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS			
Fonte Recursos		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
00	RECURSOS ORDINARIOS	15.522.613,81	10.110.981,41	53,52%	28,27%
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	400.666,09	1.355.120,41	-70,43%	0,73%
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	395.828,95	20.283,43	1851,49%	0,72%
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	2.275,61		0,00%	0,00%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	38.591.478,31	9.022.724,14	327,71%	70,28%
Total		54.912.862,77	20.509.109,39	167,75%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

As variações relevantes do período foram as seguintes:

Em termos nominais, a maior variação positiva ocorreu na fonte Recursos de Convênios, com um acréscimo de 29.568.754,17 em relação a 2016. Percebe-se também que essa fonte correspondeu a 70,28% do caixa total. Os recursos dessa fonte correspondem à remuneração dos depósitos judiciais mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, onde essas instituições disponibilizam 0,13% do volume mantido e recolhem para a Conta Única do Tesouro Nacional, conforme cronograma previsto no acordo.

A partir de 2017, as receitas advindas desses contratos de prestação de serviços bancários de captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais trabalhistas passaram a ser centralizadas no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como o controle e acompanhamento dessa arrecadação e sua execução nos termos contratuais. Por esse motivo o contrato antes firmado diretamente com esta UPC e as instituições bancárias foi extinto no final do exercício de 2016. A Caixa Econômica Federal efetuou por meio de GRU, no dia 15/02/2017, depósito do saldo total da receita do contrato anterior, no valor total de R\$ 25.985.456,78.

A segunda maior variação ocorreu na fonte Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, correspondente à arrecadação de impostos. Observou-se um acréscimo de 5.412.000,00 em relação a 2016, ocasionado pelo impacto da EC 95/16. Essa fonte correspondeu a 28,27% da sobra total ocorrida no final do exercício de 2017.

Tal fato explica-se pelo esforço que este Regional promoveu em quitar suas obrigações até o final do exercício 2016, face aos efeitos da EC 95/2016, que trouxe o limite dos gastos públicos com base nas despesas primárias pagos em 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigidos em 7,2%.

Nota 2 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Nesse grupo registram-se os créditos a receber pelo fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses, ou seja, até o final do exercício seguinte ao apontado na demonstração em questão.

Esta UPC apresentou, no encerramento de 2017, saldo decorrente de créditos a receber pela cessão de uso de espaço físico deste Tribunal, bem como pelo ressarcimento de despesas efetuadas pelas cessionárias, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2 - Créditos a Receber - Curto Prazo

Mês Lançamento Conta Contábil		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
113811300	= CRED A REC POR CESSAO DE AREAS PUBLICAS	46.333,21	66.477,47	-30,30%	39,55%
113811500	= CRED A REC POR PAGTO DESP DE TERCEIROS	70.809,73	27.332,35	159,07%	60,45%
113811900	= CRED A REC POR VALOR ARREC OUTRAS ENTIDADES	0,00	27.039.648,39	-100,00%	0,00%
Total		117.142,94	27.133.458,21	-99,57%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em atendimento à Resolução CSJT nº 87/2011, a partir de 01/09/2012, foi alterada a forma de pagamento da contrapartida pela utilização de espaço físico deste Regional por empresas cessionárias, que passou a ser recolhida mediante GRU, não sendo mais permitido o pagamento da contrapartida em materiais de consumo. Desde então esta UPC vem registrando os créditos a receber conforme acordado com as cessionárias, que atualmente contam com instituições bancárias (instalação de postos bancários), lanchonetes e cafeterias (exploração de serviços de bomboniere) e sindicato (posto de atendimento da Anajustra).

Observa-se que os valores registrados a título de créditos a receber por pagamento de despesas de terceiros sofreu um aumento de 159,07% em relação ao ano anterior, decorrente de nova contratação junto à Caixa Econômica Federal, a partir de 01/09/2017, na qual houve majoração dos

valores apurados como ressarcimento de despesas por cessão de uso para instalação de postos de atendimento bancários em diversos fóruns trabalhistas instalados no estado do Paraná. A Caixa recolheu as contrapartidas correspondentes aos valores antigos. Tais valores correspondem a 60,45% do total dos créditos a receber.

Já os créditos a receber decorrentes de taxa de ocupação (créditos a receber por cessão de áreas públicas) sofreram decréscimo em relação a 2016. Em 2017 houve pagamento de diferenças relativas ao período de maio de 2014 a outubro de 2016.

A conta créditos a receber por valores arrecadados por outras entidades registrou em 2016 os valores relativos às receitas de contratos de prestação de serviços bancários de captação e manutenção dos saldos dos depósitos judiciais trabalhistas firmados entre o TRT9 e as instituições financeiras. A partir de 2017, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho centralizou a arrecadação e o controle desses contratos.

Nota 3 - Estoques

A avaliação dos estoques está registrada pelo custo de aquisição para as entradas e pelo custo médio ponderado para as saídas, e sua composição está demonstrada abaixo:

Tabela 3 - Almoxarifado

Mês Lançamento		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Conta Contábil					
115610100	= MATERIAIS DE CONSUMO	2.110.123,11	2.437.435,59	-13,43%	100,00%
Total		2.110.123,11	2.437.435,59	-13,43%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se um decréscimo de 13,43% em relação ao exercício anterior, decorrente de maior distribuição de materiais de consumo estocados, essencialmente aqueles relativos a processamento de dados.

Nota 4 - VPDs Pagas Antecipadamente

Neste grupo estão registrados os adiantamentos concedidos antecipadamente a terceiros que aguardam sua contrapartida mensal, como seguros, assinaturas de revistas, jornais e periódicos, serviços técnico-profissionais antecipados, entre outros, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 4 - VPD pagamento antecipado

Conta Contábil		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
119110000	PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	87.722,06	86.652,60	1,23%	23,83%
119310000	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	14.357,85	93.748,82	-84,68%	3,90%
119810400	VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	266.100,32	1.166.027,40	-77,18%	72,27%
Total		368.180,23	1.346.428,82	-72,66%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O decréscimo de 72,66% observado em 2017, em relação a 2016, deve-se a dois fatores: contenção de despesas com assinaturas de revistas e periódicos, tendo em vista os limites de gastos impostos

pela EC 95/16, e pagamento antecipado a fornecedores de serviços de manutenção de softwares, em caráter excepcional e com previsão contratual, com base no art. 38 do Decreto 93.872/86, bem como no inciso III da Lei 8.666/93, realizado no final do exercício de 2016, a fim de promover o aumento da quitação de despesas, face aos efeitos da EC 95/2016, que trouxe o limite dos gastos públicos com base nas despesas primárias pagos em 2016, incluídos os restos a pagar pagos. Em 2017 foi registrado nessa conta apenas o pagamento de garantias estabelecidas em contrato.

Nota 5 - Ativo Realizável a Longo Prazo

Tabela 5 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

		R\$			
Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
121210603	= DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	79.798,40	79.798,40	0,00%	8,90%
121219826	= ADIANTAMENTO DE CONTRIB FUTURAS - FUNPRESP	817.115,08	794.829,21	2,80%	91,10%
Total		896.913,48	874.627,61	2,55%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário - FUNPRESP-JUD houve variação positiva de 2,80% em relação a 2016, correspondente à correção monetária do aporte inicial registrado.

Observa-se ainda que os valores correspondem a 91,10% do Ativo Realizável a Longo Prazo e serão baixados quando o fundo atingir seu ponto de equilíbrio, ou seja, quando o montante das receitas administrativas superar o das despesas administrativas no mesmo ano calendário.

Nota 6 - Imobilizado

O Imobilizado da União é segregado em bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, apresenta-se sua composição:

Tabela 6.1 - Imobilizado - Composição

		R\$			
		31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Bens Móveis		46.643.232,17	50.706.519,66	-8,01%	16,69%
	(+) Valor Contábil Bruto	104.408.356,77	109.777.541,42	-4,89%	37,36%
	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-57.765.124,60	-59.071.021,76	-2,21%	20,67%
Bens Imóveis		232.837.753,65	230.200.912,32	1,15%	83,31%
	(+) Valor Contábil Bruto	234.383.190,18	230.507.352,97	1,68%	83,86%
	(-) Depr./Amortização/Exaustão	-1.545.436,53	-306.440,65	404,32%	0,55%
Total		279.480.985,82	280.907.431,98	-0,51%	100,00%

Fonte: Siafi - Balanço Patrimonial

Os bens móveis desta UPC correspondem a 16,69% do total do Imobilizado, assim distribuídos:

Tabela 6.2 - Bens Móveis

R\$

Conta Contábil	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10.159.269,27	10.545.901,36	-3,67%	9,73%
Bens de Informática	56.472.467,59	63.028.246,54	-10,40%	54,09%
Móveis e Utensílios	21.698.476,70	20.860.485,35	4,02%	20,78%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.809.641,00	3.143.369,81	21,20%	3,65%
Veículos	3.741.077,41	3.447.377,41	8,52%	3,58%
Bens Móveis em Almoxarifado	7.873.832,90	8.157.531,48	-3,48%	7,54%
Demais Bens Móveis	653.591,90	594.629,47	9,92%	0,63%
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(57.765.124,60)	(59.071.021,76)	-2,21%	55,33%
Total	46.643.232,17	50.706.519,66	-8,01%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os bens móveis de maior representatividade são os de informática, que correspondem a 54,09% do volume total. A variação negativa constatada, em comparação ao exercício anterior, justifica-se pela desincorporação decorrente de baixas patrimoniais por doação daqueles equipamentos em desuso.

Em 2017 esta UPC manteve o critério de classificação de bens permanentes de pequeno valor econômico como material de consumo, com base no Despacho da Direção-Geral nº 3582/2013, embasado nos normativos Portaria TCU 88/2006 e Ato TST.337/GDGSET.GP de 8/5/2008. Tendo em vista a adoção do critério de racionalização dos processos administrativos, são considerados de pequeno valor econômico, os bens permanentes de custo igual ou inferior a 2% do limite fixado no inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

Tabela 6.3 - Depreciação Acumulada - Bens Móveis

R\$

Conta Contábil Referenciada	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
123110101 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	(36.514,88)	(36.172,57)	0,95%	0,06%
123110102 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	(605.344,60)	(528.912,69)	14,45%	1,05%
123110103 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	(77.868,38)	(76.296,83)	2,06%	0,13%
123110105 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	(1.634.604,67)	(1.458.076,90)	12,11%	2,83%
123110107 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	(2.222.463,20)	(1.949.413,48)	14,01%	3,85%
123110108 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	(34.211,82)	(37.242,68)	-8,14%	0,06%
123110109 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	(16.537,34)	(23.344,26)	-29,16%	0,03%
123110112 EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	(3.918,83)	(8.394,40)	-53,32%	0,01%
123110121 EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	(10.829,51)	(8.568,74)	26,38%	0,02%
123110125 MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	(724.438,40)	(825.862,32)	-12,28%	1,25%
123110201 EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	(38.419.533,74)	(42.017.476,69)	-8,56%	66,51%

123110301	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	(2.893.230,31)	(2.541.773,74)	13,83%	5,01%
123110302	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	(147.892,90)	(142.078,79)	4,09%	0,26%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	(7.793.813,51)	(6.674.656,74)	16,77%	13,49%
123110402	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	(561.791,54)	(484.766,36)	15,89%	0,97%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	(1.086.751,80)	(1.021.457,13)	6,39%	1,88%
123110501	VEICULOS EM GERAL	(20.970,68)	(16.069,76)	30,50%	0,04%
123110503	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	(1.185.054,39)	(965.491,35)	22,74%	2,05%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	(289.354,10)	(254.966,33)	13,49%	0,50%
Total		(57.765.124,60)	(59.071.021,76)	-2,21%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

A variação negativa de 2,21% em relação a 2016 justifica-se pela desincorporação de bens móveis por doação, principalmente de equipamentos de informática, com consequente baixa das depreciações registradas.

Tabela 6.3 - Bens Imóveis

	R\$			
	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Bens de Uso Especial	226.495.488,85	223.950.418,37	1,14%	97,28%
Bens Imóveis em Andamento	3.436.617,33	3.255.732,44	5,56%	1,48%
Instalações	4.451.084,00	3.301.202,16	34,83%	1,91%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.545.436,53)	(306.440,65)	404,32%	-0,66%
Total	232.837.753,65	230.200.912,32	1,15%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os bens com maior representação são aqueles denominados de uso especial, que perfazem 97,28% do total. Trata-se de edificações e terrenos registrados e avaliados no sistema SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos imóveis de Uso Especial da União, gerenciado pela SPU - Secretaria de Patrimônio da União.

Os bens imóveis em andamento correspondem a estudos, projetos e obras ainda não concluídas. Após finalizadas as obras e registradas em Cartório, elas são incorporadas ao SPIUnet, passando a compor a conta Bens de Uso Especial.

Na conta instalações estão registradas as despesas com o fornecimento, montagem e instalação de ambiente sala-cofre para a proteção de informações e sistemas críticos de Tecnologia da Informação, incorporando infraestrutura de alta disponibilidade e sistemas de controle e monitoramento de ambiente.

A variação positiva de 1,15% apurada em 2017, com relação ao exercício anterior, decorre de reavaliação dos bens imóveis realizada automaticamente pelo SPIUnet.

Cabe ressaltar que a depreciação dos bens imóveis é lançada diretamente pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, com base em informações advindas da SPU. O acréscimo de 404,32% em relação a 2016 decorre do aperfeiçoamento do controle mantido pela SPU.

Tabela 6.4 - Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet

Conta Contábil		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
123210102	= EDIFICIOS	191.589.212,50	191.576.591,87	0,01%	84,59%
123210103	= TERRENOS/GLEBAS	4.042.544,56	1.914.928,78	111,11%	1,78%
123210104	= ARMAZENS/GALPOES	24.490.263,01	24.490.263,01	0,00%	10,81%
123210123	= LOJAS	171.872,50	174.328,72	-1,41%	0,08%
123210124	= SALAS	6.201.596,28	5.794.305,99	7,03%	2,74%
Total		226.495.488,85	223.950.418,37	1,14%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os bens de uso especial registrados no SPIUnet mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário desta UPC são constituídos de edifícios e galpões, que correspondem a 95,40% do total.

Nota 7 - Intangível

Tabela 7 - Softwares

Conta Contábil		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Software com Vida Útil Definida		23.007.886,68	21.962.953,45	4,76%	100,00%
(-) Amortização Acumulada		(13.390.944,65)	(11.165.395,63)	19,93%	58,20%
Total		9.616.942,03	10.797.557,82	-10,93%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O ativo intangível é composto unicamente pelos investimentos com aquisições de software, deduzidas as despesas com amortização acumulada. Neste Regional adotamos o prazo previsto em normas da Receita Federal do Brasil, que indica o prazo de 5 anos para amortização.

Nota 8 - Passivo Circulante

No passivo circulante estão registradas as obrigações exigíveis em até doze meses da data das demonstrações contábeis, assim constituído:

Tabela 8 - Passivo Circulante

Conta Contábil		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
211110101	= SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	240.564,37	228.647,28	5,21%	0,54%
211110103	FERIAS A PAGAR	12.648.746,70	12.403.376,87	1,98%	28,39%
211110400	= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	30.333.937,90	18.362.238,05	65,20%	68,09%

211429800	= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	776.779,29	415.834,88	86,80%	1,74%
213110400	= CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	249.407,35	301.378,90	-17,24%	0,56%
217110100	= PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS	263.076,52	6.290.824,66	-95,82%	0,59%
218810106	= IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOUR	4.385,85	1.059,30	314,03%	0,01%
218810128	= DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	27.952,88	4.566,33	512,15%	0,06%
218913609	= SAQUE -CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	1.697,21	4.070,52	-58,30%	0,00%
Total		44.546.548,07	38.011.996,79	17,19%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O aumento de 17,19% em relação ao exercício anterior decorre essencialmente do registro do passivo administrativo denominado URV - Unidade Real de Valor, devida a magistrados e servidores, conforme Ação Ordinária 97.00.15569-2 da 7ª VF de Curitiba-PR, daqueles beneficiários que não assinaram a declaração de desistência da ação judicial para recebimento por via administrativa. O passivo foi registrado na conta contábil Obrigações Trabalhistas a Pagar, que representa 68,09% do total registrado no passivo circulante, e os encargos sociais incidentes na conta Outros Encargos Sociais.

O registro desse passivo foi realizado por esta UPC no exercício de 2017, apesar de tratar-se de passivo constituído em exercícios anteriores. Por esse motivo, o valor devido até dezembro de 2016 foi lançado na conta contábil 237110300 - ajuste de exercícios anteriores, correspondente a 10.582.764,36, e a correção monetária relativa ao exercício de 2017 registrada como VPD, de acordo com o Manual Siafi 02.11.41.

Outra conta relevante registrada no passivo circulante refere-se ao provisionamento de férias devidas a magistrados e servidores, em respeito aos princípios contábeis de competência e oportunidade, pois representa 28,39% dos valores exigíveis a curto prazo.

Nota 8.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar Curto Prazo

Tabela 8.1.1 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

		R\$			
Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
211110101	= SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	240.564,37	228.647,28	5,21%	0,55%
211110103	FERIAS A PAGAR	12.648.746,70	12.403.376,87	1,98%	28,75%
211110400	= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR	30.333.937,90	18.362.238,05	65,20%	68,94%
211429800	= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS	776.779,29	415.834,88	86,80%	1,77%
Total		44.000.028,26	31.410.097,08	40,08%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

As variações positivas significativas ocorridas em 2017, em relação a 2016, foram observadas nas contas de obrigações trabalhistas a pagar e outros encargos sociais, em consequência do registro do passivo administrativo denominado URV, conforme relatado no tópico acima.

Segue abaixo o detalhamento dos passivos administrativos registrados como obrigações trabalhistas a pagar, bem como os encargos sociais incidentes:

Tabela 8.1.2 - Passivos Administrativos

Conta Contábil		211110400		AH	AV
		= OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR			
		DEZ/2017	DEZ/2016		
ADCNCPAEM	PAE-CLASSISTA-CORRECAO MONETARIA	338.771,25	324.626,62	4,36%	1,12%
ADCNJAEM	PAE - CLASSISTA - JUROS	819.439,03	744.669,70	10,04%	2,70%
ADCNPPAEM	PAE - CLASSISTA - PRINCIPAL	185.463,16	185.463,16	0,00%	0,61%
ADMACABPE	ABONO PERMAN-MAGIST.-ATIVO - CORR.MONETARIA		1.926,86	-100,00%	0,00%
ADMACPAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	1.879.080,89	1.850.363,05	1,55%	6,19%
ADMACURVR	URV-MAGISTRADO-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	183.648,17		100,00%	0,61%
ADMAJABPE	ABONO PERMAN - MAGIST. - ATIVO - JUROS		1.629,37	-100,00%	0,00%
ADMAJPAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	4.537.136,74	4.236.380,73	7,10%	14,96%
ADMAJURVR	URV-MAGISTRADO-ATIVO-JUROS	468.696,94		100,00%	1,55%
ADMAPABPE	ABONO PERMAN - MAGIST. - ATIVO - PRINCIPAL		21.516,52	-100,00%	0,00%
ADMAPPAEM	PAE-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	1.037.407,81	1.065.822,54	-2,67%	3,42%
ADMAPURVR	URV-MAGISTRADO-ATIVO-PRINCIPAL	6.542,90		100,00%	0,02%
ADMICDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - MAGIST.INAT.- CM	131.839,25	124.790,17	5,65%	0,43%
ADMICFIMG	FERIAS INDENIZADAS MAGISTR. INATIVO - COR.MON		3.616,65	-100,00%	0,00%
ADMICPAEM	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	1.527.979,90	1.414.275,78	8,04%	5,04%
ADMICURVR	URV-MAGISTRADO-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	161.648,06		100,00%	0,53%
ADMIJDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - MAGIST.INAT.-JUROS	371.133,66	346.315,91	7,17%	1,22%
ADMIJFIMG	FERIAS INDENIZADAS MAGISTRAD. INATIVO - JUROS		3.375,00	-100,00%	0,00%
ADMIJPAEM	PAE-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	3.697.182,56	3.245.536,84	13,92%	12,19%
ADMIJURVR	URV-MAGISTRADO-INATIVO-JUROS	396.782,50		100,00%	1,31%
ADMIPDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES-MAGIST.INATIVO - PR	129.416,86	129.416,86	0,00%	0,43%
ADMIPFIMG	FERIAS INDENIZADAS MAGISTRADO INATIVO - PRINC		25.731,16	-100,00%	0,00%
ADMIPPAEM	PAE-MGISTRADO-INATIVO-PRINCIPAL	834.024,40	805.609,67	3,53%	2,75%
ADSACABPE	ABONO PERMAN-SERVIDOR-ATIVO-CORR MONETARIA	9.078,33		100,00%	0,03%
ADSACASEX	ADICIONAL SERVICO EXTRAORD. SERVIDOR ATIVO-CM	8.480,82	7.100,61	19,44%	0,03%
ADSACOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR	6.312,23	5.501,47	14,74%	0,02%

	ATIVO - COR.MON.				
ADSACPLC	PASS.PLANO CARREIRA-SERVIDOR-ATIVO-COR.MONET.	3.813,12	3.354,65	13,67%	0,01%
ADSACURVR	URV-SERVIDOR-ATIVO-CORRECAO MONETARIA	1.140.161,86		100,00%	3,76%
ADSAJABPE	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	11.980,01		100,00%	0,04%
ADSAJASEX	ADICIONAL SERVICO EXTRAORD. SERVIDOR ATIVO-JR	19.818,60	16.385,27	20,95%	0,07%
ADSAJOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR - ATIVO - JUROS	14.518,67	12.407,72	17,01%	0,05%
ADSAJPLC	PASSIVOS PLANO DE CARREIRA SRV. ATIVO - JUROS	9.324,73	8.110,28	14,97%	0,03%
ADSAJURVR	URV-SERVIDOR-ATIVO-JUROS	4.492.281,15		100,00%	14,81%
ADSAPABPE	ABONO PERMAN - SERVIDOR - ATIVO - PRINCIPAL	81.575,03		100,00%	0,27%
ADSAPASEX	ADICIONAL SERVICO EXTRAORD. SERVIDOR ATIVO-PR	42.672,60	42.672,60	0,00%	0,14%
ADSAPOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR ATIVO - PRINCIPAL	15.306,85	14.863,96	2,98%	0,05%
ADSAPPLC	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR ATIVO- PRINC	13.179,07	13.179,07	0,00%	0,04%
ADSAPURVR	URV-SERVIDOR-ATIVO-PRINCIPAL	105.353,82		100,00%	0,35%
ADSIDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.- CM	696.177,79	631.944,21	10,16%	2,30%
ADSIOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO-CORR. MON.	1.874,93	1.939,06	-3,31%	0,01%
ADSIURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-CORRECAO MONETARIA	768.460,58		100,00%	2,53%
ADSIJPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-JUROS	1.557.222,12	1.380.306,92	12,82%	5,13%
ADSIJOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO - JUROS	4.273,54	4.309,43	-0,83%	0,01%
ADSIJURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-JUROS	2.890.335,21		100,00%	9,53%
ADSIDPRP	DIFER.PROVENTOS E PENSOES - SERV.INAT.-PRINCI	1.684.475,53	1.684.475,53	0,00%	5,55%
ADSIPOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR INATIVO- PRINCIPAL	4.177,79	4.620,68	-9,58%	0,01%
ADSIURVR	URV-SERVIDOR-INATIVO-PRINCIPAL	46.889,44		100,00%	0,15%
		30.333.937,90	18.362.238,05	65,20%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 8.1.2 - Encargos Sociais incidente sobre os Passivos Administrativos

Conta Contábil		R\$			
		= OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - INTRA OFSS		AH	AV
		DEZ/2017	DEZ/2016		
ADCXCPAEM	PAE-CLASSISTA-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	16.395,72	16.395,72	0,00%	2,11%
ADCXPPAEM	PAE-CLASSISTA-CPSSS-PRINCIPAL	9.934,02	9.934,02	0,00%	1,28%
ADMXCPAEM	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	238.556,64	238.556,63	0,00%	30,71%
ADMXCURVR	URV-MAGISTRADO-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	54.639,02		100,00%	7,03%

ADMXPPAEM	PAE-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	144.997,15	144.997,15	0,00%	18,67%
ADMXPURVR	URV-MAGISTRADO-CPSSS-PRINCIPAL	719,72		100,00%	0,09%
ADSXCOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - CORR. MONE	694,35	630,19	10,18%	0,09%
ADSXCPLC	PASSIVOS PLANO CARREIRA SERVIDOR CPSSS - CM	838,88	738,03	13,66%	0,11%
ADSXCURVR	URV-SERVIDOR-CPSSS-CORRECAO MONETARIA	290.441,08		100,00%	37,39%
ADSXPOUTR	OUTROS PASSIVOS - SERVIDOR CPSSS - PRINCIPAL	1.683,75	1.683,75	0,00%	0,22%
ADSXPPPLC	PASSIVO PLANO CARR. SERVIDOR CPSSS-PRINCIPAL	2.899,40	2.899,39	0,00%	0,37%
ADSXPURVR	URV-SERVIDOR-CPSSS-PRINCIPAL	14.979,56		100,00%	1,93%
Total		776.779,29	415.834,88	86,80%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os passivos administrativos são reconhecimento de dívidas com pessoal, como abono de permanência, adicional de qualificação, horas extraordinárias, diferenças de provimentos e pensões, URV - Unidade Real de Valor e PAE - Parcela Autônoma de Equivalência, entre outros.

Em atendimento ao Acórdão 1485/2012 TCU Plenário, o CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho passou a exigir dos tribunais regionais do trabalho o registro desses passivos administrativos, independentemente de disponibilidade orçamentária.

O CSJT criou uma tabela com inscrições genéricas, para que os regionais registrassem os passivos de maneira que possibilitasse a segregação dos valores devidos a ativos, inativos e pensionistas, se são devidos a magistrados ou servidores e o que corresponde ao valor principal, correção monetária e juros.

Nota 8.2 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Tabela 8.2 - Fornecedores a Pagar Curto Prazo

Entidade CCor		R\$			
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
09473909000131	TATIANE WAGNER ARQUITETURA EIRELI - EPP	103.066,85	113.248,51	-8,99%	41,32%
78404795000190	HEFER CONSTRUCOES CIVIS LTDA - ME	97.647,96	107.411,04	-9,09%	39,15%
77299139000102	CONSTRUTORA SUDOESTE LTDA - ME	19.916,48	19.916,48	0,00%	7,99%
08058662000124	GRABIN OBRAS E SERVICOS URBANOS - EIRELI - EPP	17.059,87		100,00%	6,84%
04392190000190	RAC ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	9.705,30	9.705,30	0,00%	3,89%
12704107000108	BITTENCOURT CLINICAS INTEGRADAS LTDA - EPP	2.010,89	2.010,89	0,00%	0,81%
23077680000147	ELZA GODINHO MENDES 61463752172		4.550,00	-100,00%	0,00%
19065633000106	GABINETE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA		1.518,94	-100,00%	0,00%
37217742000183	MAX FACILITIES ELEVADORES LTDA - EPP		24.000,00	-100,00%	0,00%
95404018000165	TOWER CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP		19.017,74	-100,00%	0,00%
Total		249.407,35	301.378,90	-17,24%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que os três maiores fornecedores com saldo a pagar representam 88,46% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor TATIANE WAGNER ARQUITETURA EIRELI - EPP: execução de projetos de prevenção de incêndio para as unidades do TRT 9ª Região, por meio do Pregão Eletrônico nº 61/2014. Os pagamentos são realizados à medida que os projetos de cada unidade são aprovados junto ao Corpo de Bombeiros local;
- (b) Fornecedor HEFER CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - ME: serviços de adequações técnicas, manutenção e reformas em imóveis do TRT contratado por meio do Pregão Eletrônico nº 50/2011, 87/2011 e 93/2012. Os pagamentos são realizados à medida que a empresa apresenta a CND da obra e
- (c) Fornecedor Construtora Sudoeste: execução de reforma no Fórum Trabalhista de Francisco Beltrão por meio da Tomada de Preços 004/2014. Trata-se da 5ª medição passível de liberação somente após a apresentação da CND da obra.

Nota 8.3 - Provisões a Curto Prazo

A totalidade das provisões de curto prazo corresponde a riscos trabalhistas com exigibilidade suspensa pela Medida Cautelar na Ação Originária 2.016 DF, em que figuram como autor a União e como réu o CSJT. Trata-se de passivos administrativos relativos à correção monetária e juros incidentes sobre o recálculo da PAE - Parcela Autônoma de Equivalência do período de janeiro de 1998 a setembro de 1999.

No final do exercício de 2017 foram abertos aos tribunais regionais do trabalho créditos suplementares para pagamento de passivos administrativos. Mediante o Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN 13/2017, o recurso foi direcionado para quitação do passivo denominado recálculo da PAE. Por esse motivo houve redução de 95,82% dos valores registrados em 2016.

O saldo apurado no final do exercício de 2017 refere-se à atualização monetária daquele exercício não considerada na ocasião da elaboração da folha de pagamentos.

Nota 9 - Passivo Não Circulante

Tabela 9 - Provisões a Longo Prazo

Conta Contábil	R\$			
	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
= PROVISAO PARA INDENIZACOES TRABALHISTAS	51.066.995,14	48.322.132,61	5,68%	100,00%
Total	51.066.995,14	48.322.132,61	5,68%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

No passivo não circulante estão registradas as obrigações cuja exigibilidade ocorrerá após os próximos doze meses. O saldo total apurado refere-se a obrigações com pessoal a pagar registradas como provisões de longo prazo, por se tratar de passivo com exigibilidade suspensa e com prazo incerto.

A União interpôs recurso extraordinário contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que reconheceu o direito à incorporação de quintos por conta de exercício de função comissionada e cargo comissionado exercido por servidores no período de 08/04/1998 a 04/09/2001.

A variação positiva de 5,68% em relação ao exercício anterior refere-se à atualização monetária dos valores registrados.

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Nota 10 - Resultado Patrimonial

As Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas estão discriminadas no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e a apuração do resultado decorrente da confrontação entre elas foi transferida para a conta de superávit/déficit do exercício, registrada como resultado patrimonial do exercício, no Patrimônio Líquido.

O resultado patrimonial apurado no encerramento do exercício de 2017 foi superavitário em R\$ 4.800.451,51, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 10 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas
R\$

	DEZ/2017	DEZ/2016	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.061.239.965,11	1.262.652.920,40	-15,95%
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.056.439.513,60	1.310.888.642,02	-19,41%
Resultado Patrimonial do Exercício	4.800.451,51	(48.235.721,62)	109,95%

Fonte: Siafi - Demonstrações das Variações Patrimoniais

A variação negativa apurada no exercício de 2017, em relação a 2016, tanto nas variações patrimoniais aumentativas quanto nas diminutivas, justifica-se essencialmente pelo fato de ter ocorrido erro em lançamento de reavaliação de imóveis em janeiro de 2016, referente ao Fórum Trabalhista de Ponta Grossa-PR.

Por meio da 2016NL800003 registrou-se erroneamente no SPIUnet uma valorização no importe de R\$ 152.058.307,20 no imóvel de Ponta Grossa, inscrito no RIP 7777001035003, em contrapartida à VPA Outros Ganhos com Incorporação de Ativos. A fim de consertar o equívoco cometido, registrou-se no SPIUnet uma desvalorização desse mesmo imóvel no montante de R\$ 153.162.502,71, por meio da 2016NL800005, tendo como contrapartida a VPD Desincorporação de Ativos.

Com relação ao resultado patrimonial deficitário apurado em 2016, e superavitário verificado em 2017, dentre os principais fatores destacam-se:

- ✓ Na reavaliação dos bens imóveis por meio do Spiunet, houve desvalorização no exercício de 2016 e valorização em 2017;
- ✓ No final do exercício de 2017, houve baixa de precatórios a pagar, impactando o ganho com desincorporação de passivos, pois os pagamentos ocorridos em 2017 se mostraram inferiores aos valores estimados;
- ✓ Observa-se também uma redução nas despesas com a contratação de serviços, como os serviços técnicos e profissionais, de apoio administrativo, gráficos e audiovisuais, de energia elétrica, de locações e seguros, entre outros. Foram adotadas medidas de redução das despesas discricionárias, em virtude da EC 95/16, que estabeleceu teto de gastos para o serviço público.

Segue abaixo o detalhamento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas registradas nos exercícios de 2016 e 2017:

Tabela 10.1 - Variações Patrimoniais Aumentativas

		R\$			
Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
412210100	TAXA PELA PRESTACAO DE SERVICOS	41.470.269,78	38.870.086,90	6,69%	3,91%
433110100	VALOR BRUTO EXPLORACAO BENS, DIR E SERVICOS	403.437,58	437.460,39	-7,78%	0,04%
442310100	JUROS E ENCAR DE MORA S/ FORNEC.DE BENS/SERV.		1.971,27	-100,00%	0,00%
442910100	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	40.593,35	17.177,42	136,32%	0,00%
443910100	OUTRAS VARIACOES MONETARIAS		51.911,09	-100,00%	0,00%
443910101	ATUALIZACAO MONETARIA POSITIVA	24.145,46		100,00%	0,00%
451120300	= SUB-REPASSE RECEBIDO	989.074.679,29	910.980.254,32	8,57%	93,20%
451220100	= TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP		503.906,88	-100,00%	0,00%
451220200	= DEMAIS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	524.622,09	991.132,07	-47,07%	0,05%
451220300	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	679.839,12	1.029.874,61	-33,99%	0,06%
452310100	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	14.262.367,50	28.029.553,60	-49,12%	1,34%
459010100	DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	54.658,32	53.988,32	1,24%	0,01%
459020100	DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		1.055.645,05	-100,00%	0,00%
461110100	REAVALIACAO DE BENS MOVEIS	290.046,12		100,00%	0,03%
461110200	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	2.631.367,38	84.869.953,52	-96,90%	0,25%
463910100	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO	1.149.304,33	154.942.502,50	-99,26%	0,11%
464010100	GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.193.628,71	34.736.250,98	-79,29%	0,68%
464020303	= SUBREPASSE DIFERIDO - BAIXA		94.465,18	-100,00%	0,00%
497110100	REVERSAO DE PROVISOES	1.238,38	2.381.822,88	-99,95%	0,00%
499510100	MULTAS ADMINISTRATIVAS	346.129,28	252.014,08	37,35%	0,03%
499610100	INDENIZACOES	1.520.971,42	311.310,01	388,57%	0,14%
499610200	RESTITUICOES	1.527.699,58	2.983.652,46	-48,80%	0,14%
499910100	VPA DECORRENTE DE FATORES GERADORES DIVERSOS	44.967,42	57.986,87	-22,45%	0,00%
Total		1.061.239.965,11	1.262.652.920,40	-15,95%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 10.2 - Variações Patrimoniais Diminutivas

		R\$			
Conta Contábil		DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
311110100	VENCIMENTOS E SALARIOS	243.564.859,61	245.498.283,24	-0,79%	23,06%
311110200	ABONOS	3.821.058,72	3.255.917,40	17,36%	0,36%
311110300	ADICIONAIS	109.009,81	106.045,67	2,80%	0,01%

311110400	GRATIFICACOES	250.103.047,29	216.490.068,23	15,53%	23,67%
311110500	FERIAS - RPPS	15.323.254,96	15.114.015,94	1,38%	1,45%
311110600	13. SALARIO - RPPS	42.587.608,83	37.009.105,00	15,07%	4,03%
311110700	LICENCAS		163.918,11	-100,00%	0,00%
311110800	INDENIZACOES - RPPS	19.285,08		100,00%	0,00%
311210400	GRATIFICACOES	359.235,27	466.020,27	-22,91%	0,03%
311210500	FERIAS - RGPS	11.861,69	17.036,85	-30,38%	0,00%
311210600	13. SALARIO - RGPS	30.214,55	34.295,95	-11,90%	0,00%
312120100	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	99.660.451,31	93.721.318,77	6,34%	9,43%
312220100	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - INSS	78.788,07	104.591,48	-24,67%	0,01%
312220300	SEGURO DE ACIDENTE NO TRABALHO	1.970,58	2.614,78	-24,64%	0,00%
312510100	COMPLEMENTACAO DE PREVIDENCIA	727.963,11	305.561,26	138,24%	0,07%
312920100	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS		1.504,05	-100,00%	0,00%
313110100	AUXILIO ALIMENTACAO	27.593.297,51	27.701.020,77	-0,39%	2,61%
313110200	AUXILIO TRANSPORTE	192.079,86	188.991,17	1,63%	0,02%
313110300	AUXILIO MORADIA - RPPS	28.176,04		100,00%	0,00%
313110400	AJUDA DE CUSTO	311.531,51	57.949,80	437,59%	0,03%
313110500	ASSISTENCIA A SAUDE	20.214.983,09	19.250.007,27	5,01%	1,91%
313110600	AUXILIO CRECHE	4.595.754,61	4.643.050,01	-1,02%	0,44%
313110900	SENTENCAS JUDICIAIS - BENEFICIOS A PESSOAL	10.890.784,88	10.766.540,99	1,15%	1,03%
313119900	OUTROS BENEFICIOS A PESSOAL - RPPS	3.559.244,85	3.289.807,80	8,19%	0,34%
313210100	AUXILIO ALIMENTACAO	24.109,09	36.244,00	-33,48%	0,00%
313210500	ASSISTENCIA A SAUDE	14.634,00	20.444,82	-28,42%	0,00%
319110100	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.484.482,17	1.602.303,86	55,06%	0,24%
319240100	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ENTES		12.148,31	-100,00%	0,00%
321110100	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	120.187.531,62	107.989.343,50	11,30%	11,38%
321110200	APOSENTADORIAS PENDENTES DE APROVACAO PES CIV	18.164.870,31	16.380.183,85	10,90%	1,72%
321110300	GRATIFICACOES	6.800.858,44	5.922.105,98	14,84%	0,64%
321110500	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	8.499.828,04	8.195.643,25	3,71%	0,80%
321110600	LICENCA PREMIO PARA INATIVO CIVIL	2.005.582,42	924.182,27	117,01%	0,19%
322110100	PENSOES CIVIS	20.965.568,27	19.080.339,54	9,88%	1,98%
322110200	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.844.523,87	1.652.623,58	11,61%	0,17%
322111100	GRATIFICACOES	30.901,35	29.709,67	4,01%	0,00%
329110100	AUXILIO FUNERAL	233.061,74	71.295,90	226,89%	0,02%

329110200	AUXILIO NATALIDADE	69.833,14	52.923,14	31,95%	0,01%
331110100	CONSUMO DE MATERIAIS ESTOCADOS - ALMOXARIFADO	1.183.068,02	992.334,18	19,22%	0,11%
331110200	CONSUMO DE SOFTWARES DE BASE		423,84	-100,00%	0,00%
331110300	CONSUMO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	139.538,70	111.150,84	25,54%	0,01%
331110400	CONSUMO DE GENEROS DE ALIMENTACAO	45.363,74	82.800,89	-45,21%	0,00%
331110500	CONSUMO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	744.429,88	534.263,97	39,34%	0,07%
331110600	CONSUMO DE MATERIAL FARMACOLOGICO	137.156,67	7.686,70	1684,34%	0,01%
331110900	MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	28.973,16	28.251,12	2,56%	0,00%
331119900	CONSUMO DE OUTROS MATERIAIS	17.059,46	25.892,61	-34,11%	0,00%
331210100	DISTRIBUICAO DE MATERIAL GRATUITO	12.752,50		100,00%	0,00%
332110100	DIARIAS	3.993.186,29	3.040.387,75	31,34%	0,38%
332210100	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS - PF	11.378.410,24	11.477.613,02	-0,86%	1,08%
332210200	SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPERACIONAL-PF	19.864,00	5.317,00	273,59%	0,00%
332210400	SERV.DE TRANSP., LOCOMOCAO E HOSPEDAGEM - PF	7.100,00		100,00%	0,00%
332210800	LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PF	509.325,82	530.110,71	-3,92%	0,05%
332210900	SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PF	4.057.221,03	3.509.075,66	15,62%	0,38%
332211000	SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PF	11.244,00	10.560,00	6,48%	0,00%
332310100	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.632.859,65	4.443.851,70	-63,26%	0,15%
332310200	SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	24.646.648,99	28.278.445,57	-12,84%	2,33%
332310300	SERVICOS COMUNICACAO, GRAFICO E AUDIOVISUAL	5.949.983,17	8.007.019,92	-25,69%	0,56%
332310400	SERV.TRANSP.,PASSAGEM,LOCOM OCAO E HOSPED.-PJ	524.931,97	536.008,92	-2,07%	0,05%
332310500	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - PJ	31.277,62	111.795,33	-72,02%	0,00%
332310800	SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	3.660.408,88	4.412.900,90	-17,05%	0,35%
332310900	LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	1.076.435,19	1.824.807,71	-41,01%	0,10%
332311000	SERVICOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS - PJ	500,00		100,00%	0,00%
332311200	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	69.172,33	48.494,30	42,64%	0,01%
332311300	SEGUROS EM GERAL	36.938,87	86.765,33	-57,43%	0,00%
332319900	SERVICOS PRESTADOS DIVERSOS - PJ	119.892,33	94.344,20	27,08%	0,01%
332320300	SERV.COMUNICAC.,GRAFICOS E AUDIOVIS.-PJ-INTRA	236.565,53	221.764,46	6,67%	0,02%
332341300	SEGUROS EM GERAL	3.907,01	6.072,59	-35,66%	0,00%
332350900	LOCACOES E ARRENDAMENTOS - PJ - MUNICIPIO	27.084,00	17.837,58	51,84%	0,00%

333110100	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	10.219.756,82	10.737.453,41	-4,82%	0,97%
333110200	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	1.238.995,88	198.743,89	523,41%	0,12%
333210200	AMORTIZACAO DE INTANGIVEL	2.225.549,02	2.678.554,68	-16,91%	0,21%
342410100	JUROS	433,16		100,00%	0,00%
342410200	MULTAS DEDUTIVEIS	0,76		100,00%	0,00%
342410300	MULTAS INDEDUTIVEIS	1.198,66		100,00%	0,00%
342420100	JUROS	5,88		100,00%	0,00%
342420300	MULTAS INDEDUTIVEIS	22,71		100,00%	0,00%
343910103	ATUALIZACAO MONETARIA NEGATIVA	1.859,59		100,00%	0,00%
351120300	= SUB-REPASSE CONCEDIDO		962.900,00	-100,00%	0,00%
351220100	= TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA PGTO DE RP		1.038.880,26	-100,00%	0,00%
351220200	= DEMAIS TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.216,48		100,00%	0,00%
351220300	MOVIMENTO DE SALDOS PATRIMONIAIS	45.780.767,62	44.165.668,37	3,66%	4,33%
351220500	MOVIMENTACOES DE VARIACAO PATRIM.DIMINUTIVA	9.712.854,00	2.381.822,88	307,79%	0,92%
359010100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-CONSOLID	1.519.902,24	604.985,16	151,23%	0,14%
359020100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTRA OFFS	1.310.497,60	1.047.751,85	25,08%	0,12%
359040100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTER ESTA	62.327,24	186.864,32	-66,65%	0,01%
359050100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTER MUNI	136.799,77	179.001,11	-23,58%	0,01%
361110200	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	86.296,90	90.184.765,88	-99,90%	0,01%
363110100	PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MOVEIS	384.077,33	107.719,88	256,55%	0,04%
364010100	INCORPORACAO DE PASSIVOS	11.675.265,12	23.986.019,22	-51,32%	1,11%
364020203	= SUB-REPASSE DIFERIDO - INSCRICAO		56.871,41	-100,00%	0,00%
365010100	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	4.153.143,77	221.176.038,75	-98,12%	0,39%
371150200	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	12.047,63		100,00%	0,00%
371210100	TAXAS	2.918,98	4.500,84	-35,15%	0,00%
371220100	TAXAS	2.085,27	1.501,68	38,86%	0,00%
371240100	TAXAS	5.500,03	4.584,94	19,96%	0,00%
371250100	TAXAS	8.130,74	5.065,81	60,50%	0,00%
372120400	OBRIGACOES PATRONAIS S/ SERVICOS DE PES. FIS.	2.275.586,79	2.288.111,58	-0,55%	0,22%
372310100	CONTRIBUICAO P/ SERVICO ILUMINACAO PUBLICA	24.526,74	26.973,57	-9,07%	0,00%
399550100	MULTAS ADMINISTRATIVAS		40.117,05	-100,00%	0,00%
399610100	INDENIZACOES	185.202,13	196.581,25	-5,79%	0,02%
399910100	VPD DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS		24.030,95	-100,00%	0,00%

Total	1.056.439.513,60	1.310.888.642,02	-19,41%	100,00%
--------------	-------------------------	-------------------------	----------------	----------------

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que dos valores totais registrados a título de variações patrimoniais aumentativas, 93,20% refere-se a sub-repasse recebido do órgão setorial de programação financeira a que esta UPC está subordinada. Com relação às variações patrimoniais diminutivas 85,68% decorrem do pagamento de despesas obrigatórias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, somados os benefícios assistenciais.

Nota 11 - Reavaliação ou Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado

Tabela 11 - Variação Patrimonial Aumentativa - Reavaliação de Bens Móveis

Conta Contábil		R\$		
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH
461110100	REAVALIACAO DE BENS MOVEIS	290.046,12		100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2017 foram reavaliados bens móveis com valores irrisórios pertencentes ao patrimônio desta UPC, pelo valor justo ou de mercado, baseados em laudos de reavaliação. Por esse motivo houve uma variação de 100% na VPA Reavaliação de Bens Móveis em relação ao exercício anterior.

O aumento decorrente da reavaliação foi contabilizado diretamente na conta de resultado patrimonial. De acordo com a Macrofunção Siafi 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, item 4.5, a contabilização dos aumentos relativos à reavaliação de ativos vai depender do nível de controle existente sobre o patrimônio. Quando há um controle patrimonial avançado, é possível a criação de uma reserva de reavaliação no patrimônio líquido, prevista nas normas internacionais de contabilidade do setor público NBC TSP 07.

Porém, quando não há um sistema de controle patrimonial adaptado para o registro da reserva de reavaliação, como em nosso caso, os aumentos ou diminuições relativas à reavaliação de seus ativos devem ser reconhecidos no resultado patrimonial do período.

Nota 12 - Reversão de Provisões

Tabela 12 - Variação Patrimonial Aumentativa - Reversão de Provisões

Conta Contábil		R\$		
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH
497110100	REVERSAO DE PROVISOES	1.238,38	2.381.822,88	-99,95%

Fonte: Tesouro Gerencial

Foram contabilizados como reversão de provisões os recursos descentralizados pelo CSJT a título de orçamento destinado ao pagamento das sentenças judiciais de pequeno valor. O valor registrado em 2017 corresponde ao saldo apurado entre os valores descentralizados e os efetivamente pagos.

O CSJT, por meio da Mensagem CFIN/CSJT 10/2015, informou que o orçamento relativo às sentenças judiciais de pequeno valor, por decisão da SOF/MP - Secretaria de Orçamento Federal, seria inteiramente consignado ao CSJT, incumbido em promover a descentralização dos créditos aos tribunais regionais, quando da solicitação mensal de recursos financeiros dos tribunais à setorial financeira.

Por esse motivo, os tribunais foram orientados a contabilizar o pagamento com a baixa da conta provisões em contrapartida à variação patrimonial aumentativa de reversão de provisões.

A variação negativa de 99,95% em relação à 2016 decorre de modificações na contabilização relativas à apropriação e pagamento da despesa com aquisições de pequeno valor.

Nota 13 - Baixas de Bens Móveis

Tabela 13 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Baixa de Bens Móveis

Conta Contábil		R\$		
		DEZ/2017	DEZ/2016	AH
359010100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-CONSOLID	1.519.902,24	604.985,16	151,23%
359020100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTRA OFFS	1.310.497,60	1.047.751,85	25,08%
359040100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTER ESTA	62.327,24	186.864,32	-66,65%
359050100	DOACOES/TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS-INTER MUNI	136.799,77	179.001,11	-23,58%
363110100	PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MOVEIS	384.077,33	107.719,88	256,55%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que em 2017 a variação patrimonial diminutiva relativa à baixa de bens móveis decorrentes de perdas involuntárias e doações concedidas foi maior do que a apurada em 2016.

As baixas de bens móveis decorrentes de furtos e danos acidentais estão registradas como perdas involuntárias, tanto em 2016 quanto em 2017. O aumento de 256,55% registrado em 2017, em relação ao exercício anterior, deve-se ao fato desta UPC empreender esforços em apurar e regularizar a situação dos bens patrimoniais não localizados, mediante a baixa desses bens.

Este Tribunal promoveu a alienação, por meio de doação, de mobiliário e equipamentos de informática inservíveis, por serem considerados ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, em atendimento à Lei 8666/93 e Decreto 99.958/90, a fim de atender direito público e social.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Nota 14 - Resultado Orçamentário

A arrecadação de receitas é centralizada na Setorial da Justiça do Trabalho, Unidade Orçamentária 15126. Por se tratar de um Regional, esta UPC não tem registro de receita arrecadada no Balanço Orçamentário.

A Justiça do Trabalho não é um órgão de natureza arrecadadora, depende essencialmente do financiamento do Orçamento Fiscal para a execução de suas atividades. Suas receitas correntes são advindas de transferências correntes e arrecadação de taxas, e as patrimoniais, da exploração do patrimônio imobiliário e cessão de direitos.

Por esse motivo, discorreremos abaixo somente a respeito das despesas orçamentárias:

Tabela 14.1 - Execução Orçamentária da Despesa

R\$

	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Despesas Correntes	989.179.439,81	918.471.123,81	7,70%	96,54%
Despesas de Capital	35.447.816,88	18.844.163,89	88,11%	3,46%
Total	1.024.627.256,69	937.315.287,70	9,32%	100,00%

Fonte: Siafi - Balanço Orçamentário

Observa-se que as despesas correntes representam 96,54% do total das despesas orçamentárias, enquanto as de capital apenas 3,46%. Em 2017 houve um aumento de 9,32% do total das despesas em relação a 2016.

Com relação às despesas correntes o aumento de 7,70% observado em 2017, em relação ao exercício anterior, explica-se pelo aumento das despesas com pessoal, decorrentes da implantação das parcelas relativas a 2017 previstas na Lei 11.416/2006, que estabeleceu o aumento da remuneração de servidores do Poder Judiciário.

Já o aumento de 88,11% das despesas de capital constatadas neste exercício, em relação ao anterior, deve-se ao fato de aprovação de crédito especial para aquisição de imóveis destinados à instalação dos fóruns trabalhistas de São José dos Pinhais-PR e Cornélio Procópio-PR.

Para um maior detalhamento das despesas orçamentárias aferidas em 2017, seguem as tabelas abaixo:

Tabela 14.2 - Despesas Correntes

Ação Governo	R\$				
	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PRECATORIOS			6.464.787,98	6.464.787,98	6.464.787,98
APOSENTADORIAS E PENSOES	167.981.856,00	180.963.458,00	180.963.458,00	179.457.287,09	179.457.287,09
PRECATÓRIOS DE PEQUENO VALOR			2.565.561,62	2.565.561,62	2.565.561,62
CONTRIBUICAO PATRONAL	91.334.888,00	106.527.383,00	99.527.383,00	99.385.082,14	99.385.082,14
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	496.619.107,00	565.034.152,00	565.034.152,00	562.241.196,36	562.241.196,36
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE	233.688,00	293.688,00	293.688,00	258.801,66	258.801,66
DESENV. E IMPL. DO PROCESSO JUDICIAL			227.797,34	227.797,34	227.797,34
MODERNIZACAO DE INSTALACOES DA JT			1.191.444,40	108.052,00	108.052,00
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	19.687.980,00	20.356.980,00	20.356.980,00	20.255.305,05	20.255.305,05
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	4.806.324,00	4.608.324,00	4.608.324,00	4.595.188,73	4.595.188,73
AUXILIO-TRANSPORTE	266.184,00	211.184,00	211.184,00	186.505,21	186.505,21
AUXILIO-ALIMENTACAO	28.196.064,00	27.720.064,00	27.720.064,00	27.617.406,60	27.617.406,60

FORM. E APERF. DE MAGISTRADOS			47.391,20	47.391,20	47.391,20
AUXILIO-MORADIA A MAGISTRADOS	10.571.987,00	10.895.673,00	10.895.672,10	10.895.672,10	10.895.672,10
COMUNIC. E DIVULG. INSTITUCIONAL	40.771,00	40.771,00	38.946,54	38.289,21	38.289,21
MANUT. SISTEMA NACIONAL DE TI			1.457.810,28	1.405.650,12	1.405.650,12
ASSIST. JURIDICA A PESSOAS CARENTES	16.425.352,00	14.425.352,00	14.425.352,00	11.805.823,95	11.805.823,95
APRECIACAO DE CAUSAS NA JT	64.699.809,00	54.093.076,00	53.149.443,35	47.910.173,56	47.621.269,89
TOTAL	900.864.010,00	985.170.105,00	989.179.439,81	975.465.971,92	975.177.068,25

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial

As despesas correntes responderam quase pela totalidade das despesas orçamentárias. As despesas com pessoal e encargos sociais corresponderam a 86,22% do total da despesa corrente liquidada, enquanto as despesas com custeio contribuíram com 12,85% e as sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios) apenas com 0,93%.

O acréscimo observado na dotação atualizada, em relação à inicial, decorreu da aprovação de créditos adicionais suplementares no decorrer do exercício de 2017, pois os recursos aprovados na lei orçamentária anual se mostraram insuficientes para cobrir as despesas obrigatórias desta UPC.

Do total da dotação autorizada, foram empenhados 99,19%. Do total empenhado, foram liquidados e pagos 98,71%, sendo o restante inscrito em restos a pagar não processados. O percentual de execução dos pagamentos demonstra que este órgão trabalhista possui grande capacidade em honrar seus compromissos de curto prazo com seus servidores e magistrados, bem como com seus fornecedores de bens e serviços.

Tabela 14.3 - Despesas de Capital

Ação Governo	R\$				
	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
CONSTRUCAO FT DE FOZ DO IGUAÇÚ-PR	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	33.365,12	33.365,12
CONSTRUCAO FT DE TOLEDO-PR	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	727.741,19	727.741,19
CONSTRUCAO FT DE COLOMBO-PR	500.000,00	0,00			
CONSTRUCAO FT DE BANDEIRANTES-PR	88.205,00	3.245,00	983,24	983,24	983,24
CONSTRUCAO VT DE PORECATU-PR	1.721.907,00	1.755.907,00	1.755.907,00	458.055,41	458.055,41
DESENV. E IMPL. DO PROCESSO JUDICIAL			199.965,68	199.965,68	199.965,68
CONSTRUCAO FT DE APUCARANA-PR	1.689.889,00	1.689.889,00	1.689.889,00	470.746,26	470.746,26
CONSTRUCAO FT DE UMUARAMA-PR	300.000,00	0,00			
CONSTRUCAO FT DE ROLANDIA-PR	300.000,00	43.300,00	0,00		

CONSTRUCAO FT DE DOIS VIZINHOS-PR	200.000,00	61.950,00	1.950,00	1.950,00	1.950,00
CONSTRUCAO DO ARQUIVO MARINGA	1.400.000,00	1.885,00	1.884,38	1.884,38	1.884,38
CONSTRUCAO FT DE GUARAPUAVA-PR	300.000,00	0,00			
AMPLIACAO FT DE LONDRINA-PR	100.000,00	365,00	364,18	364,18	364,18
AMPLIACAO FT DE CASCAVEL-PR	300.000,00	6.300,00	1.665,50	1.665,50	1.665,50
AMPLIACAO VT DE PARANAVAI-PR	200.000,00	0,00			
CONSTRUCAO FT DE CAMPO MOURÃO-PR	300.000,00	0,00			
CONSTRUCAO FT DE CIANORTE-PR	300.000,00	0,00			
CONSTRUCAO VT DE PALOTINA-PR	100.000,00	0,00			
CONSTRUCAO VT DE GOIOERE-PR	100.000,00	0,00			
CONSTRUCAO VT DE IBAITI-PR	100.000,00	0,00			
CONSTRUCAO VT DE MEDIANEIRA-PR	100.000,00	0,00			
CONSTRUCAO VT DE CAMPO LARGO-PR	100.000,00	0,00			
CONSTRUCAO FT DE S. J. DOS PINHAIS-PR	300.000,00	0,00			
MODERNIZACAO DE INSTALACOES JT			336.445,90	226.844,90	226.844,90
MANUT.DO SISTEMA NACIONAL DE TI			4.806.588,00	4.806.588,00	4.806.588,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JT	9.378.238,00	6.703.451,00	4.152.174,00	2.647.205,03	2.647.205,03
AQ. DE TERRENO EM COLOMBO-PR	200.000,00	200.000,00			
AQ. DE IMOVEL FT S.J. DOS PINHAIS	0,00	16.500.000,00	16.500.000,00		
AQ. DE IMOVEL FT CORN. PROCOPIO	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00		
TOTAL	21.078.239,00	32.966.292,00	35.447.816,88	9.577.358,89	9.577.358,89

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial

As despesas de capital corresponderam a apenas 3,46% do total das despesas orçamentárias, e seu índice de execução alcançou 91,32% do total disponibilizado.

O acréscimo observado na dotação atualizada, em relação à inicial, decorreu da aprovação de crédito especial relativo a inversões financeiras, destinado à aquisição dos imóveis para instalação dos fóruns trabalhistas de São José dos Pinhais e Cornélio Procópio.

Do total empenhado foram liquidados e pagos apenas 27,02%, sendo o restante inscrito em restos a pagar não processados. O baixo índice de liquidação decorreu das dificuldades encontradas na execução das despesas de capital, dependentes de licitação, execuções contratuais, etc.

Além disso, o fator que mais contribuiu para o alto índice de inscrição em restos a pagar, e consequentemente o baixo índice de liquidação, foi a aprovação do crédito especial destinado à aquisição dos imóveis locados onde atualmente estão instalados os fóruns trabalhistas de São José dos Pinhais e Cornélio Procópio ter ocorrido no final do exercício. Para a liquidação da despesa mediante efetivação de depósito judicial, é necessário que todas as etapas do processo de desapropriação estejam devidamente cumpridas, fato não ocorrido no exercício de 2017.

BALANÇO FINANCEIRO

Nota 15 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro alcançado em 2017 por esta UPC foi de R\$ 34.403.753,38, abaixo demonstrado:

Tabela 15.1 - Resultado Financeiro

	R\$		
	DEZ/2017	DEZ/2016	AH
Receita Orçamentária	0,00	0,00	0,00%
Despesa Orçamentária	1.024.627.256,69	937.315.287,70	9,32%
Transferências Financeiras Recebidas	990.279.140,50	913.505.167,88	8,40%
Transferências Financeiras Concedidas	45.782.984,10	46.167.448,63	-0,83%
Recebimentos Extraorçamentários	126.692.869,28	81.017.898,46	56,38%
Pagamentos Extraorçamentários	12.158.015,61	24.576.617,84	-50,53%
Resultado Financeiro do Exercício	34.403.753,38	-13.536.287,83	354,16%

Fonte: Siafi - Balanço Financeiro

Observa-se que a principal contribuição para o resultado financeiro positivo apurado em 2017 advém dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários. Os recursos inscritos em restos a pagar não processados em 2017 corresponderam a um acréscimo de 196,12% em relação a 2016. Além disso, os pagamentos dos restos a pagar não processados realizados no exercício de 2017 sofreram um decréscimo de 50,55% em relação ao exercício anterior.

Tabela 15.2 - Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados e Processados

		R\$			
Restos a Pagar	Grupo Despesa	2017	2016	AH	AV
Restos a Pagar Não Processados Inscritos	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.441.427,41	4.015.067,94	10,62%	11,22%
	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.272.040,48	5.526.457,01	67,78%	23,42%
	4 INVESTIMENTOS	6.370.457,99	3.825.951,78	66,51%	16,09%
	5 INVERSOES FINANCEIRAS	19.500.000,00	0,00	100,00%	49,26%
	Total		39.583.925,88	13.367.476,73	196,12%
Restos a Pagar Processados Inscritos	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	288.903,67	8.020,58	3502,03%	100,00%
	4 INVESTIMENTOS	0,00	1.096,05	-100,00%	0,00%

	Total	288.903,67	9.116,63	3068,97%	100,00%
--	--------------	-------------------	-----------------	-----------------	----------------

Fonte: Tesouro Gerencial

O fator que mais contribuiu para o aumento do volume dos recursos inscritos em restos a pagar não processados em 2017 resultou do grupo inversões financeiras, que correspondeu a 49,26% do total inscrito. Trata-se de aquisições de imóveis destinados à instalação dos fóruns trabalhistas de Cornélio Procópio e São José dos Pinhais, dependentes de desapropriação para depósito em juízo.

As despesas correntes apresentaram um acréscimo de 67,78% em relação a 2016, devido à inscrição em restos a pagar não processados de empenhos destinados à reforma da Vara do Trabalho de Jacarezinho e do Fórum Trabalhista de Curitiba. A homologação e adjudicação do objeto contratado efetivaram-se em dezembro de 2017, com previsão de início das reformas para 2018.

No grupo investimentos, o acréscimo de 66,51% em relação ao exercício anterior, decorre da inscrição em restos a pagar não processados dos empenhos relativos à construção do Fórum Trabalhista de Apucarana e da Vara do Trabalho de Porecatu, por motivo de o início das obras concretizarem-se em data posterior a anteriormente planejada.

Tabela 15.3 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados e Processados

		R\$				
Grupo Despesa		2017	2016	AH	AV	
Restos a Pagar Não Processados Pagos	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.262.023,09	2.942.568,71	-23,13%	18,91%
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.591.587,95	13.940.225,81	-67,06%	38,39%
	4	INVESTIMENTOS	5.108.104,51	7.305.097,73	-30,07%	42,70%
	Total		11.961.715,55	24.187.892,25	-50,55%	100,00%
Restos a Pagar Processados Pagos	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.801,10	324.326,82	-88,65%	97,11%
	4	INVESTIMENTOS	1.096,05	706,80	55,07%	2,89%
	Total		37.897,15	325.033,62	-88,34%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os restos a pagar pagos no exercício de 2017 referem-se àqueles inscritos no encerramento no exercício de 2016, e reinscritos de exercícios anteriores.

Do montante pago em 2017 a título de restos a pagar não processados, R\$ 1.635.516,58 referem-se a exercícios anteriores a 2016. Portanto, foram pagos R\$ 10.326.198,97 dos R\$ 13.367.476,73 inscritos, o que corresponde a 77,25% do total. Foram cancelados 6,93% e reinscritos os demais. Tais dados demonstram uma boa gestão dos estoques dos restos a pagar.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Nota 16 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 16 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

	R\$			
	DEZ/2017	DEZ/2016	AH	AV
Atividades Operacionais	49.090.312,83	8.783.632,76	458,88%	142,69%
Atividades de Investimentos	-14.686.559,45	-22.319.920,59	34,20%	-42,69%

Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	34.403.753,38	-13.536.287,83	354,16%	100,00%

Fonte: Siafi - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, por se tratar de um órgão da União, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro.

Conforme demonstrado acima, o item de maior contribuição para o resultado obtido em 2017 foi o fluxo das atividades operacionais, relacionadas com as atividades típicas desta UPC.

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais totalizou R\$ 49.090.312,83, do qual se destacam os ingressos relativos às transferências financeiras recebidas por meio de sub-repasse, no importe de R\$ 990.279.140,50, por se tratar de um órgão que não possui natureza arrecadadora, dependendo de financiamento do Orçamento Fiscal para a execução de suas atividades. Com relação aos desembolsos destacam-se os gastos com pessoal e gastos previdenciários, que somam R\$ 870.831.326,76.

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos importou em R\$ 14.686.559,45 negativos, e os principais desembolsos foram os relativos à aquisição de ativos não circulantes. Como não houve ingressos, o financiamento dos investimentos concretizou-se por meio de sub-repasse da Setorial Financeira a que este órgão está vinculado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 17 - Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido, evidenciando a movimentação ocorrida nas contas que o compõem, conforme abaixo:

Tabela 17 - Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$		
	DEZ/2017	DEZ/2016	AH
Saldo Inicial do Exercício	257.671.920,02	317.740.239,08	-18,90%
Ajustes de Exercício Anterior	-10.582.764,36	-11.832.597,44	-10,56%
Resultado do Exercício	4.800.451,51	-48.235.721,62	109,95%
Saldo Final do Exercício	251.889.607,17	257.671.920,02	-2,24%

Fonte: Siafi - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O decréscimo de 2,24% do patrimônio líquido observado em 2017, em relação a 2016, resulta de registro realizado na conta de ajustes de exercícios anteriores, no montante de 10.582.764,36, já que a apuração do resultado patrimonial do exercício se mostrou positiva.

Trata-se de registro do passivo administrativo denominado URV - Unidade Real de Valor, instituído pela Ação Ordinária 97.00.15569-2 da 7ª VF de Curitiba-PR, devido aos magistrados e servidores que não assinaram a declaração de desistência da ação judicial para recebimento por via administrativa.

O registro desse passivo foi realizado por esta UPC no exercício de 2017, apesar de tratar-se de um passivo constituído em exercícios anteriores. Por esse motivo, o valor atualizado devido até

dezembro de 2016 foi lançado em contrapartida à conta contábil 237110300 - ajuste de exercícios anteriores e a correção monetária relativa ao período de janeiro a dezembro de 2017 lançada como VPD, de acordo com o Manual Siafi 02.11.41.

O valor de R\$ 11.832.597,44 registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores em 2016 refere-se a acerto decorrente de erro material no encerramento do exercício de 2015. A provisão de férias foi indevidamente registrada em janeiro de 2016, e não dezembro de 2015, o que ocasionou distorção no resultado do exercício.

A variação positiva de 109,95% verificada no Resultado do Exercício de 2017, em relação ao exercício anterior, foi explicitada nas análises das Demonstrações das Variações Patrimoniais.